



Liberdade digital



Moreira Manz/Agência Senado

Segue para sanção o Marco Civil da Internet, aprovado ontem no Plenário do Senado por unanimidade. As regras preservam a privacidade dos usuários, garantem a liberdade de expressão e mantêm a neutralidade da rede ao impedir cobrança por uso diferenciado. Senadores de oposição criticaram a aprovação rápida e defenderam aprimoramentos. O líder do governo, Eduardo Braga, garantiu que haverá oportunidade de ajustes. Expectativa é que o projeto — elogiado pelo jornal francês *Le Monde* — vire lei hoje, dia do encontro NETmundial, em São Paulo. A aprovação foi comemorada por entidades da sociedade civil e senadores (foto). **4 e 5**

Genardo Magaldi/Agência Senado



Flexa Ribeiro (C) coordena a audiência na Comissão de Meio Ambiente

Debate ressalta divergências sobre a Serra do Cachimbo

Agricultores que vivem em reserva biológica no Pará apoiam transformação da área em parque

nacional e área de preservação ambiental, enquanto projeto recebe críticas de órgãos de preservação. **8**

Reprodução



Revista faz balanço dos preparativos para a Copa

Será lançada hoje a 20ª edição da *Em Discussão!*, publicada pelo **Jornal do Senado**, que trata dos gastos, das leis e dos legados para o país. **6**



José Cruz/Agência Senado

Ao lado de Ana Amélia (D), Marta Suplicy apresentou em audiência os resultados do trabalho no Ministério da Cultura

Mundial é “oportunidade única”, diz Marta

Falando aos senadores da Comissão de Educação, a ministra da Cultura, Marta Suplicy, afirmou que a Copa do Mundo será uma oportunidade para o Brasil con-

seguir mostrar sua cultura para o mundo, graças à exposição na mídia estrangeira. Marta falou sobre os efeitos do vale-cultura na cadeia produtiva da área. **7**

Perdão a credores do Brasil tem novas regras 3

Previsões oficiais são mais otimistas que as do mercado 2

Audiência pública interativa aborda financiamento da educação 7

Governo é mais otimista que o mercado para 2015

Inflação de 5% e crescimento do PIB em 3%, previstos na proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não corresponde às expectativas de analistas econômicos, segundo estudo de consultores legislativos

O CENÁRIO ECONÔMICO traçado pelo governo no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 é mais otimista do que o do mercado, segundo informativo elaborado pelas Consultorias do Senado e da Câmara. O projeto prevê inflação de 5% pelo IPCA e de 5,5% pelo IGP-DI. O relatório *Focus*, feito por analistas de mercado e divulgado semanalmente pelo Banco Central, aponta 6,12% e 6,05%, respectivamente. Em relação ao produto interno bruto (PIB), o governo acredita numa elevação de 3%, enquanto o relatório *Focus* aponta 2%.

— O Executivo pode refazer essas projeções. Geralmente ele o faz quando envia o projeto de lei orçamentária, no segundo semestre — explica consultor do Senado José de Ribamar da Silva.

O informativo é uma análise abreviada dos principais pontos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) enviado pelo Executivo na semana passada. Em breve, os consultores divulgarão nota técnica, mais aprofundada.

O estudo lembra que o PLDO 2015 novamente não trouxe o Anexo de Metas e Prioridades, com programações e metas físicas prioritárias. Apenas define como prioridade as ações



Ministros da Fazenda e do Planejamento explicaram a proposta semana passada

do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano Brasil sem Miséria.

— Isso dificulta a vida do cidadão que quer conhecer de antemão o que vai ser priorizado — explica Ribamar.

O informativo ressalta ainda que a proposta chegou ao Legislativo sem regras para execução obrigatória de emendas parlamentares — a decisão caberá ao Congresso. Isso vem sendo discutido pela Câmara dos Deputados, com a PEC 358-A, que obriga o Executivo a executar as emendas parlamentares individuais até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da União, sendo metade do valor necessariamente destinada a serviços públicos de saúde.

A LDO é o instrumento pelo qual o governo estabelece prioridades para o ano seguinte.

te. É elaborada todos os anos pelo chefe do Executivo, com auxílio do Ministério do Planejamento, do Banco Central e do Ministério da Fazenda.

Metas para 2015

SALÁRIO MÍNIMO
de R\$ 724 para R\$ 779,79 (7,71% de reajuste)
INFLAÇÃO (IPCA)
+5%
PIB
+3% (R\$ 5,73 trilhões)
SUPERÁVIT PRIMÁRIO MÍNIMO
R\$ 114,7 bilhões (2% do PIB)
PRIORIDADES
▪ Plano Brasil sem Miséria
▪ PAC
▪ Minha Casa, Minha Vida

Fonte: Ministério do Planejamento

Valdir Raupp elogia tema da Campanha da Fraternidade

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a homenagem do Senado na terça-feira da semana passada à Campanha da Fraternidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi justa e merecida. Para ele, o tema da campanha deste ano — “Fraternidade e tráfico humano” — encerra uma verdade definitiva: “Foi para a liberdade que Cristo nos libertou”.

O senador lembrou que o tráfico humano visa à exploração sexual, à servidão doméstica, à extração de órgãos e ao trabalho escravo e que todas essas situações envergonham a consciência humana. Ele informou que a maioria dos traficantes é homem, enquanto a maioria das pessoas traficadas é mulher.

— A Campanha da Fraternidade de 2014 mostra-se também como uma positiva e vigorosa ação no sentido de alertar e sensibilizar a sociedade brasileira para um problema que precisamos enfrentar com determinação.

Rio Madeira

Raupp ainda comemorou o fato de as águas do Rio Madeira terem baixado cerca de 1 metro. Ele disse, no entanto, que permanecem as preocupações com a reconstrução das áreas atingidas pela cheia.

Audiência pública sobre violência doméstica será em 13 de maio

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) adiou para 13 de maio a audiência pública que debateria hoje a capacitação de servidores que atendem vítimas de violência doméstica e familiar. O pedido, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), recebeu apoio de outros senadores.

Hoje, a CDH vota projeto (PLS 443/2011) de Humberto Costa (PT-PE) que garante benefício financeiro a mulheres vítimas de violência em situação de vulnerabilidade temporária. O benefício eventual não será inferior a seis meses. O valor será estabelecido por estados e municípios nas leis orçamentárias anuais. Como é decisão terminativa, o texto segue direto para a Câmara, caso aprovado, com exame pelo Plenário do Senado apenas se for apresentado recurso para que isso aconteça.

Humberto argumenta que em muitas ocasiões a dependência econômica da mulher impede que ela se afaste do companheiro agressor. Com voto favorável da relatora, Ângela Portela (PT-RR), o projeto define situação de vulnerabilidade temporária como o advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar.

A pauta de hoje da CDH tem outros 16 itens, incluindo o PLS 379/2012, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), também em decisão terminativa, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para incluir a tentativa de reinserção familiar da criança ou do adolescente antes da decisão definitiva de adoção.

Indicados para vaga de ministro do TCU serão sabatinados hoje

Os três indicados por lideranças partidárias do Senado para disputar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) serão sabatinados hoje, a partir das 9h30, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O primeiro será o consultor legislativo Bruno Dantas. Às 10h30, o auditor do TCU Sérgio da Silva Mendes e, às 11h30, o consultor de Orçamento Fernando Moutinho.

Depois, os senadores decidirão, em votação secreta, se cada candidato reúne os requisitos constitucionais para substituir Valmir Campelo, que se aposentou.

A partir dos pareceres, caberá ao Plenário escolher o indicado, o que pode ocorrer ainda hoje. As três indicações foram aprovadas ontem na CAE, em reunião coordenada pelo vice-presidente da comissão, Luiz Henrique (PMDB-SC).

Bruno Dantas foi indicado pelos líderes do PMDB, da Maioria e do governo no lugar de Gim (PTB-DF), que desistiu da disputa após sofrer resistência à indicação. Sérgio Mendes foi indicado pelo líder do SDD, Vicentinho Alves (TO). Fernando Moutinho foi indicado pelos líderes do PSDB, DEM, PSOL, PSB e PDT.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Regras para municípios

14h Na pauta da sessão deliberativa, entre outros itens, projeto que disciplina a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

CAS Indicações para ANS e Anvisa

9h Reunião para votar as indicações de Simone Freire para a ANS e de José Carlos Moutinho para a Anvisa. Será lido o relatório sobre a indicação de Jaime Cesar de Oliveira para a Anvisa. A comissão analisa, entre outros, projeto que permite a emissão on-line da Carteira de Trabalho.

RESÍDUOS SÓLIDOS Coleta seletiva

9h A Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos vai debater a coleta seletiva e inclusão social dos catadores com representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Pólis e da Fundação Nacional da Saúde, entre outros.

CAE Sabatina para o TCU

9h30 Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos sabatinam os três indicados ao cargo de ministro do Tribunal de Contas da União — Bruno Dantas, Fernando Moutinho e Sérgio Mendes.

CCJ Crime de vandalismo

10h O projeto que tipifica o crime de vandalismo e o que estabelece normas para as eleições, a fim de definir novo critério quanto ao limite dos gastos com publicidade, podem ser votados hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CDH Reinserção familiar de crianças

11h30 A Comissão de Direitos Humanos examina projeto sobre a reinserção familiar de criança ou adolescente e proposta que dispõe sobre a acessibilidade nos passeios públicos.

EDUCAÇÃO Financiamento

14h Audiência pública interativa sobre o financiamento da educação. Entre os convidados, o vice-presidente da Fundação Itaú Social, Antonio Jacinto Matias.

CMO Relatores do Orçamento

14h Reunião para definição dos relatores dos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, além dos sub-relatores e relatores setoriais da proposta orçamentária de 2015.

EM DISCUSSÃO! Edição sobre a Copa

18h30 Lançamento da 20ª edição da revista *Em Discussão!* sobre o tema “Copa 2014: todo mundo de olho no Brasil”, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **9h**, reunião da **Comissão de Assuntos Sociais**; às **10h**, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. E, às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Informações sobre a qualidade da democracia no país a ser beneficiado deverão ser enviadas pelo governo ao Senado. Proposta foi apresentada após polêmica sobre anistia a países africanos

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senadores debatem em Plenário o projeto de resolução que evita beneficiar ditadores ou acusados de enriquecimento ilícito

Projeto dificulta perdão de dívidas de outros países

O PLENÁRIO APROVOU ontem o Projeto de Resolução (PRS) 43/2013, que dificulta a renegociação de dívidas de alguns países com o Brasil. Pelo texto, pedidos de autorização de renegociação de dívidas externas das quais o Brasil é credor devem ser acompanhados de informações sobre o risco político. A iniciativa de Pedro Taques (PDT-MT) foi apresentada após polêmica sobre o perdão a dívidas de países africanos. Uma emenda ao projeto, ainda não analisada, consta da pauta de hoje.

O texto prevê, como pré-requisitos para análise dos pedidos, o encaminhamento de avaliações internacionais disponíveis sobre a qualidade da democracia e da governança do país tomador. O governo brasileiro deverá fazer sua análise “com especial ênfase na avaliação de risco de que as vantagens concedidas na renegociação ou rolagem de dívida sejam aplicadas em finalidades diversas das de promoção do desenvolvimento e redução da pobreza no país beneficiário”.

Essa exigência foi incluída no projeto depois que vários senadores denunciaram que alguns acordos de perdão de dívidas beneficiaram ditadores e envolvidos em denúncias de enriquecimento ilícito.

O projeto de Taques dá ao Executivo a prerrogativa de solicitar, na mensagem que encaminhar o pedido de autorização da operação, sigilo nas suas avaliações sobre a governança do país estrangeiro. O sigilo, no entanto, poderá ser quebrado por decisão do Plenário do Senado.

Senado aguarda decisão do STF para votar a CPI da Petrobras

Foi adiada a análise do Plenário sobre a CPI da Petrobras. Os senadores poderiam examinar ontem o parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que confirmou entendimento da Mesa do Senado favorável a uma CPI com foco ampliado, mas devem esperar o Supremo Tribunal Federal (STF).

A decisão será da ministra Rosa Weber, relatora dos mandados de segurança impetrados pela oposição e pelo PT. A oposição quer a investigação apenas de fatos ligados à Petrobras, como o prejuízo na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Os governistas defendem uma CPI ampla, que inclua também supostas irregularidades nos metrô de São Paulo e do Distrito Federal

e investimento do Porto de Suape, em Pernambuco.

— A ministra sinalizou que nesta semana dará uma decisão. O Senado tem que aguardar, ter a tranquilidade de verificar o que vai acontecer — disse Romero Jucá (PMDB-RR), autor do parecer da CCJ favorável à CPI ampla. Jucá lembrou que a decisão da ministra é liminar: o mérito terá de ser analisado pelo Plenário do Supremo. Sobre o tempo para funcionamento da CPI, disse que ela precisa ser desvinculada do calendário eleitoral.

— Provavelmente uma CPI que investigue com profundidade todos esses fatos não estará resolvida até outubro. Temos que dissociar a campanha eleitoral de qualquer tipo de investigação.



Graça Foster, presidente da Petrobras, deu explicações ao Senado no dia 15

Genaldo Magalhães/Agência Senado

Moineira Moniz/Agência Senado



Anibal Diniz condena “exploração política” de irregularidades

Anibal Diniz (PT-AC) cobrou investigação na Petrobras, mas condenou a “exploração política dos atos de corrupção, desvios de conduta e atitudes ilícitas de poucos funcionários da empresa”.

— Que essas pessoas paguem por seus atos, mas não coloquemos em dúvida a honradez e o brio dos brasileiros de valor que fazem da Petrobras uma das maiores empresas do mundo.

Para Anibal, a presidente da Petrobras, Graça Foster, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), deixou claro que a compra da refinaria de Pasadena (EUA) fazia sentido em 2006, dentro dos planos estratégicos da Petrobras, e teve aprovação unânime do Conselho de Administração da estatal.



Pedro Simon defende investigação exclusiva da estatal do petróleo

Argumentando que “todos são a favor da Petrobras”, Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a instalação de CPI exclusiva para investigar a estatal. Para ele, é inadmissível que a CPI trate de assuntos como Porto de Suape e metrô de São Paulo. O senador alertou para a responsabilidade do presidente do Senado, Renan Calheiros, diante da tentativa de criar uma CPI que “mistura tudo para não resolver nada”.

— A oposição tem o direito [de pedir]. À Mesa cabe instalar a CPI e, depois, a Maioria faz o que acha que deve fazer. Vamos fazer um grande entendimento, um diálogo: nem ódio, nem raiva, nem vingança, mas discutir e debater a CPI no sentido de encontrar uma solução — disse.



Mário Couto afirma que o governo mente para sufocar a CPI

Mário Couto (PSDB-PA) disse que o governo tem recorrido a mentiras, inclusive nas pesquisas de opinião, para tentar sufocar a CPI da Petrobras. O senador afirmou que a presidente da estatal, Graça Foster, mentiu no Senado, na semana passada, quando negou que o marido dela tinha negócio com a Petrobras. Para o senador, a presidente da República, Dilma Rousseff, mereceria o impeachment por conta das irregularidades na Petrobras.

— O tema desses dias agora é mentir. Não pode ninguém tocar na presidente. Ela já está caindo nas pesquisas, gente! Vamos mentir, mente à vontade, mas não deixa respingar na presidenta, que ela tá caindo, gente — afirmou.



Casildo Maldaner: concessionárias devem publicar balanço

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu aprovação de projeto dele que obriga as concessionárias de serviços públicos a publicar balanços financeiros, à semelhança das sociedades anônimas, como forma de tornar transparentes as contas das concessionárias e o aporte financeiro do governo.

— Ele [empresa] tem a concessão e está previsto que tem que cumprir o contrato, entregar [os serviços] em dia, fazer funcionar. Ele falha, o governo coloca dinheiro, muitas vezes milhões e milhões e milhões, e aí ele continua com a concessão. Fica com as tarifas, e aí? Não é possível, socializa os custos e privatiza os resultados. Aí, não dá! — protestou.



Ruben Figueiró cobra conclusão de fábrica de fertilizantes

Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou ontem que a Petrobras enfrenta mais um problema: o risco de paralisação da obra da fábrica de fertilizantes em Três Lagoas (MS). Segundo ele, reportagem do jornal *Correio do Estado* informa que dez empresas que alugam maquinário para o consórcio responsável pela obra decidiram parar os trabalhos por falta de pagamento desde novembro. A dívida chegaria a R\$ 8 milhões.

O senador comentou que a indústria vai produzir mais de 1 milhão de toneladas de ureia granulada por ano.

— Se a Petrobras não é a responsável, está sendo no mínimo omissa, fato que vai paralisar a obra e atrasar a inauguração da fábrica — disse.



Randolfe apoia fim do financiamento privado de campanhas

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendeu na quarta-feira o fim do financiamento privado de campanhas eleitorais. Em pronunciamento, o senador afirmou que a prática é a “mãe” de quase todos os casos de corrupção descobertos hoje no país.

— Não é aceitável que, cada vez que um escândalo venha à tona, sempre encontramos agentes privados que financiam políticos. Agentes privados que utilizam o financiamento de políticos como caminho para se apropriar da coisa pública e enriquecer a partir daí. E encontramos políticos que também se utilizam dessa relação para sua riqueza pessoal — criticou o senador.

Regras gerais para o uso da rede mundial de computadores no Brasil garantem a liberdade de expressão, preservam a privacidade dos usuários e mantêm a neutralidade da rede, impedindo a cobrança diferenciada pelos provedores de acesso de acordo com o serviço utilizado pelos internautas. Proposta foi aprovada por unanimidade, apesar de oposição ter tentado adiar votação

Aprovado no Senado, Marco Civil da Internet vai à sanção

O SENADO APROVOU sem alterações o Marco Civil da Internet (PLC 21/2014). Embora a oposição tenha firmado a necessidade de mais tempo para discutir o tema, senadores da base do governo aprovaram a inversão de pauta, deixando o projeto como primeiro item da ordem do dia. O interesse do governo foi a aprovação rápida e sem emendas para que a proposta vire lei durante o encontro NETmundial, que ocorrerá em São Paulo a partir de hoje. O texto estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para internautas e provedores na rede mundial de computadores no Brasil.

Antes da votação, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), garantiu que haverá oportunidade de ajustes do texto no futuro, por meio de medida provisória. Pela manhã, duas comissões haviam aprovado o projeto — a de Constituição e Justiça (CCJ) e a de Ciência e Tecnologia (CCT). A Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA) deu parecer já no Plenário.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) destacou que o projeto é fruto de amplo ciclo de debates e consultas feitos até pela internet. Segundo ele, o marco civil foi construído pelos usuários num processo inovador e democrático. — O resultado foi um texto maduro, equilibrado e inteligente, que balanceia os direitos e as obrigações dos usuários.



Senadores aplaudem em Plenário a aprovação do projeto por unanimidade, apesar de parlamentares da oposição terem criticado o que classificaram de "pressa para agradar a presidente Dilma". Segundo eles, era preciso mais tempo para aprimorar o texto

O senador lembrou que hoje os administradores de sites de hospedagem podem retirar conteúdos mediante notificação. A partir da nova lei, isso terá de ser feito apenas por determinação judicial. Na opinião dele, o Brasil está dificultando a ação de hackers e serviços de espionagem de dados e comunicações. — Essa é uma norma legal para coibir a cooperação das empresas de internet com agências e serviços de espionagem eletrônica, como a norte-americana NSA. A evolução tecnológica tornou

difícil, senão impossível, a plena garantia da privacidade on-line. Mas o sigilo das comunicações pela internet estará certamente mais protegido com as novas regras para guarda e disponibilização de dados pessoais.

Revisão

Ferraço concordou que o texto merecia mais análise, mas disse que está satisfeito com a promessa feita por Braga de que ele poderá ser revisado mais tarde. Walter Pinheiro (PT-BA) também considerou a hipótese:

— Este é um conjunto de diretrizes que aponta para o ordenamento do uso da internet. Aperfeiçoamentos podem ocorrer, futuramente.

Pinheiro lembrou que a sobrevida tem sido difícil para os pequenos provedores de internet. Os que dominam o mercado, afirmou, estão ligados a grandes empresas de telecomunicações. — A neutralidade determina o caminho e a qualidade do serviço, tendo em vista o direito do cidadão. O marco civil permite completar a obra de liberdade

de comunicação e a quebra de monopólios — explicou.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a oposição poderia impedir a votação obstruindo-a ou apresentando emendas de Plenário, mas que não o faria. Contudo, lamentou a posição da presidente Dilma Rousseff e o "afã dos senadores em querer agradá-la". Como os demais senadores da oposição, ele pedia tempo para aperfeiçoar o texto.

O artigo 31 foi um dos que estavam na mira de Aloysio. O texto determina que "até a en-

trada em vigor de lei específica, a responsabilidade do provedor de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, quando se tratar de infração a direitos de autor ou a direitos conexos, continuará a ser disciplinada pela legislação autoral vigente". Aloysio traduziu o enunciado como se dissesse "a lei de direitos autorais deve ser respeitada até ser modificada". — Isso é ridículo — afirmou.

A oposição focou, ainda, a redação do artigo 10, que trata da guarda e da disponibilização dos

registros de conexão e de acesso a aplicações de internet, como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas. O texto motivou dúvidas durante a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) porque havia preocupação sobre abrangência do termo "autoridades administrativas", que podem requisitar dados cadastrais, por exemplo.

Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator do projeto na CCJ, concordou com a troca de "autoridades administrativas" por "delegado de polícia e o Ministério Público",

mas ela não foi adiante porque faria o projeto voltar à Câmara, e isso não era interesse do governo.

Entre os principais pontos do projeto está o artigo 9º, que protege a neutralidade da rede — ou seja, o tratamento isonômico de quaisquer pacotes de dados, sem distinção de preços para a oferta de conteúdo. A regra determina tratamento igual para todos os conteúdos que trafegam na internet. Assim, os provedores ficam proibidos de discriminar usuários conforme os serviços ou conteúdos que eles acessam — cobrando mais, por exemplo, de quem acessa vídeos ou aplicações de compartilhamento de arquivos (que exigem maior utilização de banda larga).

Encaminhado pela Presidência da República em 2011, o Marco Civil da Internet foi aprovado na Câmara dos Deputados no final de março deste ano. No Senado, o texto já chegou com pedido de urgência constitucional, ou seja, com prazo de 45 dias para análise. Não levou nem um mês para ser votado.

A proposta começou a ser discutida em 2009 e foi elaborada pelo governo tendo como base o documento *Princípios para a Governança e o Uso da Internet*, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGLBR). O texto, que passou por consulta pública entre 2009 e 2010, busca estabelecer uma regulamentação geral sobre o uso da rede mundial de computadores.

Texto precisa ser debatido amplamente, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que o Marco Civil da Internet precisa de um debate mais amplo no Plenário. Ela observou que o texto já recebeu mais de 40 emendas. Na opinião da senadora, o



Marco Civil da Internet precisa contemplar melhorias e avanços que permitam o livre acesso aos usuários e o pleno desenvolvimento das empresas digitais sem ferir a privacidade dos indivíduos e sem censura.

Vanessa apoia votação antes de fórum, mas quer melhorias

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressaltou a importância da votação do Marco Civil da Internet antes do início do fórum NETmundial, que começa hoje em São Paulo. A senadora



sanção presidencial vai apresentar uma proposta para aperfeiçoar o texto. Segundo ela, é preciso melhorar pontos como a segurança e a guarda dos dados dos cidadãos brasileiros, da União, dos estados e dos municípios.

Em defesa de aperfeiçoamentos, Luiz Henrique deixa relatoria

Luiz Henrique (PMDB-SC) renunciou à relatoria do Marco Civil da Internet na CMA. Em ofício ao presidente da comissão, Eduardo Amorim (PSC-SE),



aperfeiçoamentos. — Não creio que a melhor alternativa seja a urgência para aprovar uma espécie de constituição da web no Brasil. Como Casa revisora, o Senado deve aprimorar o texto da Câmara, que é bom, mas precisa de aperfeiçoamento.

Para Pimentel, marco dá segurança e garante liberdade de expressão

Para o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), "a matéria tem extrema relevância para o Brasil, pois garante a liberdade de expressão e traz segurança a todos os usuários". Ele ressaltou a capacidade dos líderes, tanto da base do governo quanto da

oposição, de construir o entendimento necessário para a aprovação por unanimidade. O novo marco regulatório foi aprovado ontem pela manhã na CCJ e na CCT. Já o parecer da CMA foi apresentado em Plenário. O texto tramitou no Senado por 28 dias.

Para oposição, debate na Casa foi apressado

Durante o debate do Marco Civil da Internet no Plenário, a base do governo garantiu que mudanças ao texto do PLC 21/2014 poderão ser feitas por meio de uma medida provisória editada posteriormente. Já senadores da oposição acusaram os colegas de agirem apressadamente, negando-se a melhorar o texto, apenas para agradar a presidente Dilma Rousseff, que quer apresentar a nova lei no evento NETmundial, esta semana, em São Paulo.

O DEM e o PSDB criticaram o fato de o Senado aprovar a proposta — que ficou na Câmara dos Deputados por três anos — em

menos de 30 dias. Em debate com Aécio Neves (PSDB-MG), Lindbergh Farias (PT-RJ) classificou o pedido por mais tempo de debate no Senado como "um tiro no pé". — O PSDB entra para a história votando contra a urgência de um projeto que fará o Brasil pautar a agenda mundial — disse.

Em resposta, Aécio disse que a urgência não estava em questão, e sim a inversão de pauta. afirmou ainda que o PSDB ajudou na discussão com o relator, deputado Alessandro Molon (PT-RJ).

— Só gostaríamos de ter uma oportunidade de aprimorar o texto — acrescentou.

José Agripino (DEM-RN) pediu mais audiências e um debate maior na definição sobre o uso de bandas para vídeo. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) acusou o Planalto de impedir o Senado, "que tem uma maioria política formada para silenciar e impedir o debate", de exercer seu papel.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), há pontos vulneráveis no texto, como a imprecisão sobre o armazenamento privado de dados e a possibilidade de um magistrado ligado a juizado especial, por exemplo, determinar a retirada de conteúdo alegando que é em favor da coletividade. Rodrigo Rollemberg (DF) informou que o PSB não se opunha à votação do projeto, mas lamentou o processo de análise, que se deu em menos de um mês. O PSOL, de Randolfe Rodrigues (AP), votou favorável à urgência, temendo que mais tempo de discussão pudesse dar às empresas provedoras de acesso ou de hospedagem de sites mais força para reformar o projeto e conseguir autorização para tarifar usuários de acordo com o uso da banda.



Diretor da Avaaz, Mohallem recebe o apoio de Suplicy pela aprovação do texto

Manifestantes levam aos senadores 350 mil assinaturas a favor da medida

Uma manifestação organizada pela rede de mobilização on-line Avaaz e apoiada por diversas entidades da sociedade civil levou ao Senado 350 mil assinaturas virtuais pedindo a aprovação do Marco Civil da Internet.

Com a discussão da matéria no Plenário da Casa ontem, os responsáveis pela petição on-line buscaram o apoio dos senadores para a votação do texto de forma integral, preservando os conceitos de neutralidade da rede, liberdade de expressão e privacidade do usuário.

— O Brasil vai se tornar, com a aprovação do marco civil, o pri-

meiro grande país a consolidar a neutralidade da internet em sua legislação — disse o diretor de Campanhas da Avaaz, Michael Freitas Mohallem. A mobilização foi iniciada pelo músico e ex-ministro da Cultura Gilberto Gil. Os organizadores explicaram que o texto do projeto começou a ser debatido em 2007 com o envolvimento de milhares de pessoas. Eles afirmaram que a campanha não representa um acordo das bancadas, mas a vontade da sociedade brasileira, das empresas de telecomunicações, de setores da segurança pública e do Ministério Público.

Proposta é modelo aos países, diz Le Monde

O projeto do Marco Civil da Internet, aprovado ontem pelo Senado, poderia servir de modelo aos países convidados para o NETmundial, que ocorre hoje e amanhã em São Paulo. A opinião foi emitida pelo jornal francês *Le Monde*, que destacou em sua manchete principal a postura brasileira em defesa de novas regras para a rede mundial de computadores. O Brasil, diz o jornal, "lidera a revolta contra a hegemonia americana sobre a internet".

O periódico francês lembra que a presidente Dilma Rousseff adiou em outubro do ano passado uma visita de Estado

a Washington, longamente planejada, depois de saber, por meio de revelações do ex-agente Edward Snowden, das comunicações pessoais dela haviam sido interceptadas pela agência de segurança norte-americana (NSA). E resalta a importância da realização, em São Paulo, do Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, o NETmundial.

Segundo o *Le Monde*, Dilma defende uma "mudança radical na governança dos organismos que asseguram o funcionamento da web a nível mundial — endereços, nomes e domínios, normas, protocolos". Por motivos históricos, como observa o diário, essas instâncias estão frequentemente sob a tutela dos Estados Unidos. A mudança começaria pela Ican (sigla, em inglês, da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números), atualmente supervisionada pelo

departamento de comércio norte-americano.

A "desamericanização" dessas instâncias, como recorda ainda o diário francês, é uma reivindicação já antiga, retomada regularmente por vários países. Os Estados Unidos sempre a rejeitaram, mas a situação pode mudar depois da "onda de choque" provocada pelos escândalos de escuta da NSA. Logo em seguida, porém, o jornal recorda que os parlamentares do Partido Republicano se opõem a um projeto de internacionalização da Ican, que seria nova "prova da fraqueza" do presidente Barack Obama na cena internacional.

Segundo o *Le Monde*, Mathieu Weill, especialista francês convidado para o NETmundial, está "razoavelmente otimista" com os resultados da conferência. "Não se vai fazer uma revolução em dois dias", disse Weill ao jornal francês. "Mas o Brasil está em boa posição para fazer avançar uma reforma da governança. Ele está próximo dos princípios europeus e tem a confiança dos países menos desenvolvidos."



Em manchete de capa, periódico francês destaca projeto



Lindbergh (D) criticou os tucanos Aécio, Couto e Alvaro por tentarem adiamento

Em Discussão! mostra que senadores aprovaram leis imprescindíveis para a realização do Mundial e fiscalizaram o ritmo e a qualidade das obras dos estádios

Revista explica papel do Senado na Copa

A COPA DO Mundo é o tema da próxima edição da revista *Em Discussão!*, publicada pela Coordenação Jornal do Senado, da Secretaria de Comunicação Social (Secom). Ao longo de 56 páginas, a revista mostra os preparativos para o Mundial, explica o papel do Congresso Nacional no processo e enumera os legados que a competição deixará para o país. A publicação será lançada hoje, às 18h30, na Biblioteca do Senado.

O Mundial, que será disputado entre junho e julho, traz duas oportunidades para os brasileiros. A primeira é a chance de se tornarem campeões mundiais jogando dentro de casa. A segunda está fora dos gramados. Para atender a exigência feita pela Fifa de que a Copa ocorra sem percalços, o Brasil se viu obrigado a modernizar a infraestrutura nacional.

Os aeroportos estavam à beira do colapso, em razão do imenso crescimento do número de passageiros. Como as 12 cidades da Copa estão muito distantes umas das outras, seleções e torcedores terão de se deslocar de avião, aumentando o risco de falhas e atrasos. Por causa disso, o governo decidiu que os principais aeroportos seriam ampliados. O de Brasília, por exemplo, terá a capacidade anual aumentada de 15,4 milhões de passageiros para 21 milhões.

Estádios

As vias urbanas e as redes de transporte público também ganharam prioridade. A ideia é que os torcedores não percam jogos ou voos por terem ficado presos em engarrafamentos. O Rio está prestes a inaugurar um corredor exclusivo para ônibus, com 40 quilômetros, interligando o aeroporto internacional e a Barra. A via deverá reduzir o tempo de viagem em 60%.

Os estádios tiveram de ser reformados. Outros foram implodidos e reconstruídos do zero. Quando a Fifa anunciou



Torcedores assistem a partida da Copa das Confederações, em 2013, na Arena Castelão, em Fortaleza: senadores fizeram pente-fino nas construções de estádios

a escolha do Brasil, em 2007, nenhuma das 12 cidades tinha campo capaz de atender ao padrão exigido pela entidade máxima do futebol mundial.

O evento exigiu investimentos pesados em hotéis, portos, segurança, telecomunicações, energia elétrica e profissionalização do turismo.

Obras que seriam feitas num futuro longínquo acabaram adiantadas. É o que tem sido chamado de legado da Copa. — A Copa trouxe a oportunidade de antecipar e acelerar obras de melhoria nas cidades. Algumas, já planejadas e até incluídas no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], como as de mobilidade, seriam feitas com ou sem Copa. Mais que servir ao torneio, elas servem à população — disse o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, à revista *Em Discussão!*.

O grosso das ações está nas mãos do Ministério do Esporte, mas o Congresso também tem responsabilidades. De um lado, os senadores e deputados aprovaram uma série de leis sem as quais não haveria Mundial, como a Lei Geral da Copa e as regras do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

De outro lado, os parlamentares fizeram um périplo pelas cidades-sede para passar um pente-fino no ritmo e na qualidade das obras dos estádios. No trabalho de fiscalização, contaram com as auditorias feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em uma série de audiências públicas sobre o Mundial, eles ouviram autoridades e especialistas.

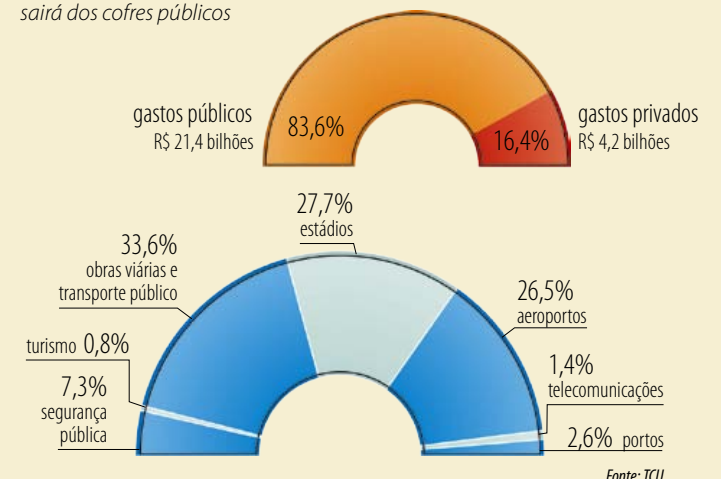
Transparência

No Senado, os colegiados que mais se envolveram foram as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (que criou a Subcomissão Temporária da Copa 2014), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (que formou a Subcomissão de Acompanhamento da Copa e das Olimpíadas) e de Educação, Cultura e Esporte.

A fiscalização do Congresso é imprescindível porque os preparativos da Copa movimentam investimentos bilionários. A maior parte desse dinheiro está saindo dos cofres públicos (*veja quadro acima*). Além disso, para beneficiar a Copa, o governo decidiu não cobrar uma série de tributos das empresas e entidades

A conta do Mundial

Segundo o governo, a Copa de 2014 custará R\$ 25,6 bilhões. A maior parte do dinheiro sairá dos cofres públicos



envolvidas nos preparativos.

Para dar mais transparência, Senado, Câmara e TCU se uniram para criar o site Copa Transparente (www.copatransparente.gov.br), com informações detalhadas sobre cada projeto do Mundial.

Nem tudo, porém, está saindo conforme o previsto. Algumas obras atrasaram e estouraram o orçamento. Outras não ficarão prontas a tempo. Hoje, às vésperas do Mundial, os projetos mais importantes estão bem encaminhados, garante o governo.

A pedido de *Em Discussão!*, o

DataSenado fez uma pesquisa nacional de opinião que mostra a população dividida entre o orgulho e a rejeição de sediar o evento e sobre seu legado para o país. Foram ouvidas, em fevereiro, 809 pessoas de todos os estados.

Em Discussão! está disponível na versão on-line, no site do Senado, e na versão impressa, que pode ser comprada na Livraria do Senado — o valor, R\$ 10, cobre as despesas de impressão e envio postal.

Leia a versão on-line da revista: www.senado.leg.br/emdiscussao

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Marta: “Brasil gasta mais em educação do que em estádios”

Em audiência na Comissão de Educação, ministra disse que Copa do Mundo é oportunidade única para o Brasil mostrar sua cultura para o mundo, graças à exposição do país na mídia estrangeira

A MINISTRA DA Cultura, a senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP), criticou os que afirmam que o dinheiro para a construção dos estádios para os jogos da Copa do Mundo deveria ser destinado à saúde e à educação. A ministra, que participou de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ontem, afirmou que o governo gasta quase dez vezes mais com educação do que o que foi gasto na construção dos estádios.

Marta Suplicy disse ainda que a Copa será uma oportunidade para o Brasil conseguir mostrar sua cultura para o mundo, graças à exposição do país na mídia, o chamado *soft power*.

— É uma chance única. Os países todos querem a Copa e as Olimpíadas porque é uma oportunidade de *soft power* que não tem preço — disse.

A ministra, que compareceu ao Senado para prestar contas do exercício de 2013 no Ministério da Cultura, disse que a pasta tem poucos recursos. No ano passado, contou com R\$ 2,65 bilhões. Neste ano, o ministério terá ainda menos recursos, de acordo com a LOA: R\$ 2,17 bilhões.

Vale-cultura

Marta Suplicy apontou como o programa mais importante do ministério o vale-cultura, que já atingiu 500 mil trabalhadores. O programa destina ao trabalhador que ganha até cinco salários mínimos a quantia mensal de R\$ 50 para gastos em atividades culturais. Ela lembrou que 36 milhões de trabalhadores ganham até cinco salários mínimos, o que significa que podem ser injetados R\$ 25 bilhões por ano na cadeia produtiva da cultura.

— Em um ano de vale-cultura, o trabalhador pode comprar 28 livros ou ir 40 vezes ao cinema ou 35 vezes ao teatro ou a 12 shows musicais.



Ao lado de Cyro Miranda, ministra Marta Suplicy fala à Comissão de Educação

A ministra Marta Suplicy deu grande ênfase aos museus, nos quais, salientou, há necessidade de investimentos especiais. O presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Angelo Oswaldo, que também participou da audiência pública, disse que o país vive um momento muito significativo no crescimento dessas instituições. Ele informou que o ministério conseguiu recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas da ordem de R\$ 134 milhões, que serão investidos em 39 instituições museológicas.

Revitalização

Além disso, o Fundo Nacional da Cultura concorre com recursos para a revitalização de museus. O ministério também está desenvolvendo com a Petrobras, disse o presidente do Ibram, um programa especial da ordem de R\$ 20 milhões, que serão investidos na revitalização e na melhoria dos museus nas cidades-sede da Copa do Mundo ou próximas.

— No ano passado a Embraur patrocinou uma pesquisa durante a Copa das Confederações, analisando o fluxo de turistas durante o certame. Foi verificado que 50% desses turistas, entre estrangeiros e brasileiros, optaram pelos museus como local de emprego do tempo. Depois dos estádios, eles iam aos museus. Com isso

conseguimos matricular outra vez os museus como prioridade junto aos patrocinadores brasileiros, porque viram que, realmente, os museus são um grande atrativo — disse.

Ministra destaca avanços na legislação em benefício da cultura

A ministra ressaltou leis e emendas constitucionais aprovadas no ano passado que beneficiaram a cultura brasileira, como a Emenda Constitucional 75, originada da PEC da Música, e a nova lei do Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição).

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Ecad, elogiou a atuação da ministra e criticou uma declaração do cantor Ney Matogrosso ao jornal *Folha de S.Paulo* sobre a nova lei. Segundo Randolfe, o cantor disse que tem “asco dos políticos”, embora tenha dito que, com a nova lei, passou a receber R\$ 2 mil por mês, quando antes recebia apenas R\$ 30 do Ecad.

— É uma generalização que, no meu entender, despolitiza a política. Não faz bem à política — lamentou.

Roberto Requião critica venda de ações do Banco do Brasil

Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou o que chamou de privatização do Banco do Brasil: um decreto do ano passado aumentou de 20% para 30% a participação estrangeira máxima no capital do banco.

— A venda para especuladores internacionais de 30% das ações do banco mais lucrativo das Américas por um preço semelhante à cotação de feira é uma venda moral,



Waldemir Barreto/Agência Senado

econômica e politicamente sustentável? — indagou.

Requião disse que não vê interesse público na medida e anunciou a apresentação de um projeto de decreto legislativo para sustá-la.

Ele ressaltou a história do banco e a elevada capacidade técnica dos funcionários. Segundo o senador, são esses os motivos do crescimento do BB e não o fato de ter mais investimentos estrangeiros.

Humberto apoia José Dirceu e critica pedido de promotora

O líder do PT, Humberto José Dirceu na prisão, onde cumpre pena pelo processo do mensalão. Ele criticou o desrespeito à lei no caso de Dirceu, preso em regime fechado desde novembro, apesar de ter direito ao semiaberto.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), pediu ontem em Plenário que o Senado represente junto ao Conselho Nacional do Ministério Público contra a promotora Márcia Milhomens Corrêa. Para ele, é ameaçador o pedido da promotora de quebra do sigilo telefônico de autoridades em Brasília, inclusive senadores e deputados, para apurar eventual uso de celular pelo ex-ministro



Waldemir Barreto/Agência Senado

de autoridades em Brasília, inclusive senadores e deputados, para apurar eventual uso de celular pelo ex-ministro

— É inaceitável a adoção de atitudes totalitárias em desprezo às leis e aos Poderes, numa perseguição implacável a alguns desafetos — afirmou Humberto.

Servidor deve ter o direito de estender a carreira, diz Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu a aprovação da ampliação da idade para aposentadoria compulsória no serviço público de 70 para 75 anos. O senador explicou que quando essa regra foi criada, em 1946, a expectativa de vida era de 52 anos. Em 2012, subiu para 74,6 anos, segundo o IBGE.

— Os servidores que desejassem poderiam estender sua carreira. É o caso de diversos

magistrados que, ainda no ápice de sua capacidade, com décadas de experiência e sabedoria, poderiam continuar a abrilhantar os tribunais por outros cinco anos.

Raupp lembrou que Oscar Niemeyer morreu aos 104 anos e foi ativo por toda a vida. Se tivesse se aposentado aos 70, o Sambódromo do Rio e o Memorial da América Latina não seriam como são, afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo alerta sobre possível paralisação de voos para Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) considera preocupante a notícia de que os voos para Roraima seriam reduzidos ou mesmo suspensos durante a realização da Copa do Mundo. De acordo com informações que chegaram ao estado, seriam reduzidas as viagens para Roraima para que houvesse mais voos para as cidades-sede dos jogos da Copa.

Para o senador, a medida seria uma

falta de consideração com os roraimenses, que, segundo afirmou, já enfrentam bastante dificuldade para se deslocar.

Apesar de a Secretaria de Aviação Civil já ter informado que a notícia está errada, Mo-



Waldemir Barreto/Agência Senado

zarildo contou que decidiu pedir informações oficiais sobre o assunto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), pois, segundo ele, “onde há fumaça, há fogo”.

Entidades debatem mais recursos para a educação

Duas organizações que atuam na busca de melhores condições educacionais às crianças e jovens foram convidadas a apresentar propostas hoje, na Comissão Especial de Financiamento da Educação.

Participam da audiência a gerente da área técnica do movimento Todos pela Educação, Alejandra Meraz Velasco, e o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara.

O Todos pela Educação visa contribuir para que até 2022 todas as crianças e jovens tenham acesso à educação básica de qualidade. Uma

das metas para os próximos oito anos é que todo brasileiro entre 4 e 17 anos deve estar matriculado. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com mais de 200 grupos, pretende assegurar uma educação pública de qualidade.

A Comissão Especial de Financiamento da Educação, formada por dez senadores, é presidida por Ângela Portela (PT-RR) e tem como relator Cristovam Buarque (PDT-DF).

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 14h

- ▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ Tempo real: <http://bit.ly/CTEDUC7EC>
- ▶ Facebook: eCidadaniaSF
- ▶ Twitter: @e_cidadania #Educação
- ▶ TV: www.senado.leg.br/TV
- ▶ Alô Senado: 0800 612211

Agricultores e órgãos de preservação do meio ambiente divergem sobre projeto que transforma reserva biológica no Pará em parque nacional e área de preservação ambiental

Serra do Cachimbo gera polêmica em debate

ENQUANTO AGRICULTORES DO Pará apoiam o projeto (PLS 258/2009) de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que transforma a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo em modalidade de conservação que permite o turismo e outras atividades, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) defendem a manutenção da destinação original da área.

O assunto foi discutido ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA). O projeto divide a reserva, localizada no oeste do Pará, em Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV.

Os agricultores da Associação de Produtores do Vale do XV argumentam que já ocupavam as terras quando foi feita a demarcação da reserva, em 2005. As terras agora devem ser desapropriadas, pois uma reserva biológica não permite propriedade privada nem uso



Audiência na Comissão de Meio Ambiente discutiu projeto de Flexa Ribeiro (C) que divide reserva biológica no Pará

dos recursos. Os agricultores defendem o projeto porque parques nacionais podem receber turistas e áreas de proteção ambiental podem desenvolver atividades econômicas sustentáveis e com proteção da biodiversidade.

— Por que não se respeita as pessoas que foram para lá de boa-fé, que estão lá há 30, 40 anos? — questionou Flexa.

Fábio Barbosa, presidente da associação, disse que a reserva

e outras unidades de conservação na região foram usadas como moeda de troca para a pavimentação da BR-163.

— Tínhamos um sonho de ver a pavimentação da BR-163, de desenvolver nossa região, pois agora somos obrigados a sair da nossa propriedade.

Roberto Vizentin, presidente do ICMBio, reconheceu que as famílias foram levadas à região por programas de ocupação do

poder público. Se há justificativa técnica e científica para a criação da reserva, disse, o governo deve indenizar essa população. Ele teme que a mudança na Serra do Cachimbo abra precedente para reversão de outras unidades.

O ICMBio emitiu parecer contrário ao projeto, por considerar que as áreas da Reserva Nascentes da Serra do Cachimbo, pela composição de solo, topografia e susceti-

bilidade à erosão, precisam ser protegidas. Para ele, seria um erro permitir atividade econômica.

Paulo Barreto, do Imazon, manifestou preocupação com o aumento do desmatamento, caso a área deixe de ser uma reserva biológica. Ele informou que uma área equivalente à do território de Alagoas foi desmatada no Pará, entre 1995 e 2013, e outros 2,4 milhões de hectares poderão ser abertos, caso sejam aprovados o projeto de Flexa e outras propostas. Barreto lembrou que a redução do desmatamento na Amazônia foi acompanhada de crescimento da produção agropecuária, indicando que a preservação da floresta não impede o agronegócio.

O engenheiro florestal Ederison Zanetti afirmou que a população que vive na região está disposta a se ajustar às demandas do governo, fazendo a recuperação das áreas degradadas para produção sustentável e a proteção das áreas ainda florestadas.

Comissão sobre mudanças climáticas define plano de trabalho

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) aprovou ontem o plano de trabalho para o ano de 2014. Elaborado pelo presidente da comissão, deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ), e pelo relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o plano prevê a realização de audiências públicas, de eventos e de audiências regionais, bem como a formulação de propostas legislativas e de estudos estratégicos sobre as políticas públicas relacionadas à alteração climática.

De acordo com Sirkis, os temas das audiências foram escolhidos por serem consi-

derados fundamentais para o acompanhamento da Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída por meio da Lei 12.187/2009. Entre as audiências, destacam-se a que aborda tributação e subsídios para uma economia de baixo carbono, a que trata das estimativas de emissões de gases de efeito estufa do Brasil e a que debaterá as Convenções das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-20 e COP-21).

Valdir Raupp afirmou, durante definição dos dirigentes do colegiado, que há muito a ser feito para a proteção do meio ambiente no Brasil,



Presidente e relator da comissão, Sirkis e Raupp ouvem Sarney Filho na reunião

especialmente na Região Norte: — Sou favorável ao desmatamento zero. Se depender de mim, vamos produzir um relatório de acordo com os

acontecimentos ocorridos no Brasil e no mundo — disse o senador.

O novo presidente da comissão, Alfredo Sirkis, ressaltou a

gravidade da questão climática e destacou o papel do Brasil no processo de proteção ao clima, uma vez que foi o único país em desenvolvimento que conseguiu reduzir a emissão de gases poluentes, especialmente aqueles provocados por queimadas e desmatamento.

A comissão também aprovou requerimento do deputado Sarney Filho (PV-MA) solicitando a criação de uma subcomissão especial para o acompanhamento da próxima Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-20), que acontecerá em Lima, no Peru.

Subcomissão discute coleta seletiva de lixo e inclusão social de catadores

A Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, ligada à Comissão de Meio Ambiente (CMA), discute hoje, em audiência pública a partir das 9h, a coleta seletiva de lixo e a inclusão social dos catadores. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada pelo Congresso, foi sancionada em 2010, na forma da Lei 12.305, e os municípios têm até este ano para se adaptar às normas.

Para debater o assunto, foram convidados a diretora do Departamento de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Zilda Faria Veloso; o diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ruy Gomide Barreira; e o diretor-executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), Carlos Roberto Vieira da Silva Filho. Também devem comparecer à audiência Nelson Saule Júnior, representante da equipe técnica do Instituto Pólis; e Victor Bicca, que preside o Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre).

Adiada votação de texto que isenta de PIS as importações de álcool

A reunião da comissão mista que analisa a Medida Provisória 634/2013, que isenta os importadores de álcool do pagamento de PIS-Pasep-Importação e Cofins-Importação até 2016, foi suspensa ontem e será retomada no dia 29. O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE, foto), disse que acordo de líderes deu prazo maior para Eunício Oliveira (PMDB-CE) concluir o relatório.

A MP, que recebeu 79 emendas, foi editada pelo governo em dezembro e tem vigência até o dia 2 de junho. A norma também acaba com o crédito presumido nos casos de revenda de álcool adquirido no mercado interno. Permite ainda que as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real possam optar pela aplicação de parte do Imposto de Renda devido em projetos do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam).



Luiz de Paula/Agência Senado

Leitura do relatório da MP que amplia Garantia-Safra fica para hoje

Foi adiada para hoje a leitura do relatório da Medida Provisória (MP) 635/2013, que amplia a concessão do Benefício Garantia-Safra para o período 2012-2013, na comissão mista que analisa a matéria. O relator é o deputado Givaldo Carimbão (PROS-AL).

O benefício é um seguro que garante renda aos agricultores familiares de municípios que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e que perderam parte da produção por falta ou excesso de chuva. A MP alcança 686 mil agricultores familiares de 664 municípios que perderam a safra 2012-2013 em razão da seca.

O pagamento das parcelas adicionais do seguro, no valor de R\$ 155 mensais por família, tem caráter excepcional e será feito a partir de maio, depois dos pagamentos já previstos para a safra 2012-2013. A estimativa é de um custo adicional de R\$ 312,5 milhões.

A MP 635/2013 também aumenta o auxílio emergencial financeiro, em R\$ 80 mensais por família, até abril de 2014, para atender excepcionalmente desastres ocorridos em 2012 cujas consequências se estendam até 2014. A MP tem validade até 2 de junho.